



---

# RELATÓRIO VALORES EM CRISE TERCEIRA ONDA 2021

---

## Apresentação

O presente relatório faz parte do Projeto Valores em Crise, idealizado por pesquisadores da *World Values Survey Association* e aplicado no Brasil pelo Instituto Sivis em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP. Com este projeto, objetiva-se verificar se a pandemia está influenciando ou não um processo de mudança cultural no país a partir da transformação de valores sociais e políticos. Mais especificamente, nosso foco é, por um lado, entender como a cultura política brasileira pode estar sendo moldada pela crise atual, e, por outro, identificar as ameaças e as oportunidades propiciadas pela pandemia para o fortalecimento da democracia brasileira. Neste relatório, são apresentados os principais resultados decorrentes da aplicação da terceira e última onda do estudo, com enfoque voltado para as variáveis de cultura política e democracia.

## Sumário Executivo

- Foram obtidas respostas de 1.301 indivíduos na Onda 3 da pesquisa Valores em Crise aplicada em setembro de 2021, os quais também responderam à primeira e à segunda onda da pesquisa em maio/junho de 2020 e janeiro/fevereiro de 2021.
- Os indivíduos que permaneceram no painel na Onda 3 são desproporcionalmente mais velhos, do sexo masculino, escolarizados e de classes sociais mais altas em comparação com o agregado dos indivíduos da Onda 1 e a população brasileira como um todo.
- A proporção de respondentes que testaram positivo para a doença saltou de 8,5% na Onda 2 para 17,8% na Onda 3, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 passou de 58,8% para 69%.
- O percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia recuou entre as Ondas 2 e 3 passando de 30,7% para 27,2%, ao passo que a proporção de indivíduos que recebem algum auxílio emergencial avançou de 29,5% para 37,6%.
- Houve um leve crescimento na avaliação positiva sobre o enfrentamento da pandemia pelo governo brasileiro: o percentual de indivíduos que o avalia muito bem ou bem passou de 23,5% na Onda 2 para 26,1% na Onda 3.
- Houve uma queda significativa na proporção de respondentes que acredita que a maioria da população brasileira está se comportando de maneira muito inadequada durante a pandemia: de 47,9% na segunda onda para 34,4% na terceira.

- Ocorreu uma leve queda do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade no contexto pandêmico entre as Ondas 2 e 3: de 39,1% na segunda para 38,7% na terceira; ao passo que a proporção daqueles que veem mais hostilidade subiu de 18,7% para 19,1%.
- A proporção de indivíduos que acredita que o país sairá gravemente prejudicado da pandemia seguiu caindo, de 58% para 56,6% entre as Ondas 2 e 3, ao passo que o percentual daqueles que acreditam que o país sairá muito fortalecido aumentou de 13,5% para 16,1%.
- Após um leve recuo na Onda 2, a proporção de pessoas que acreditam nos boatos sobre a pandemia disseminados nas mídias sociais voltou a aumentar na Onda 3: de 11,8% na segunda onda para 13,3% na terceira.
- A maior confiança tanto nas mídias sociais quanto nas mídias tradicionais caiu entre as Ondas 2 e 3, ao passo que o entendimento de que ambas são igualmente confiáveis subiu de 48,7% para 53,7%.
- A alternativa “Manter a ordem na nação” deixou de ser a mais indicada pelos respondentes como prioridade máxima para o país na Onda 3, experimentando uma queda de 40,1% para 36,4%, ao passo que a alternativa “Combater a inflação” se tornou a prioritária para os entrevistados, tendo experimentado um aumento significativo de 29,1% para 37,8%.
- A maioria das pessoas continua não confiando nas instituições, mas houve um leve aumento nas categorias de maior confiança institucional entre as Ondas 2 e 3: de 38,9% na segunda onda confiando muito ou algo nas instituições do país como um todo, para 45% na terceira.
- Uma posição mais aberta em relação à imigração seguiu aumentando entre as ondas: na Onda 2 eram 10% os que defendiam proibir a vinda de imigrantes para o país, enquanto na Onda 3 houve um recuo para 7,5%; similarmente, na Onda 2 eram 15,7% os que defendiam deixar que qualquer um viesse para o nosso país, ao passo que na Onda 3 houve um crescimento para 18,1%.
- Ocorreu um aumento no percentual de indivíduos que rejeitam totalmente a relativização da democracia em relação ao observado na Onda 2 (de 17,1% na segunda onda para 20,9% terceira). Paralelamente, os que aceitam relativizar a democracia em alguma medida voltaram a ficar abaixo de 80% da amostra.
- Houve um crescimento significativo na proporção de democratas sólidos da segunda para a terceira onda (de 22,9% para 31%) com a respectiva diminuição dos democratas instrumentais.

## Introdução

O presente relatório apresenta os principais resultados da aplicação da terceira e última onda da Pesquisa Valores em Crise, realizada via painel online em setembro de 2021. Ao todo, foram obtidas respostas de 1.301 indivíduos que também responderam à primeira e à segunda onda da pesquisa em maio/junho de 2020 e janeiro/fevereiro de 2021. Uma vez que o número de entrevistas coletadas na segunda onda correspondeu a um total de 1.929 respostas, temos que a taxa de retenção de indivíduos no painel entre as Ondas 2 e 3 ficou em cerca de 67%, o que é bastante razoável dado o longo intervalo de cerca de sete meses entre a aplicação destas ondas.

Retomando brevemente a motivação e o desenho da pesquisa, este estudo se insere no âmbito de um consórcio internacional de cerca de 20 países, sob a liderança de membros da *World Values Survey Association* (notadamente de seu vice-presidente, Prof. Dr. Christian Welzel), com vistas a estudar longitudinalmente os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os valores morais e a cultura política dos cidadãos. No Brasil, a organização responsável pela aplicação da pesquisa é o Instituto Sivis, que conta com a parceria do Prof. Dr. José Álvaro Moisés e do Grupo de Pesquisa sobre Qualidade da Democracia do IEA/USP, bem como com o apoio financeiro da Embaixada dos Países Baixos e do Instituto Votorantim.

A pesquisa parte da premissa de que as pessoas possuem valores morais que determinam como elas julgam situações e outras pessoas, e, portanto, como elas se comportam em diferentes contextos sociais. A distribuição agregada de valores em uma dada população, portanto, molda os padrões predominantes de comportamento humano (social e político) que, por sua vez, orientam o desenvolvimento geral de uma sociedade. Por essas razões, os valores morais são de relevância crítica para o bem-estar da sociedade e para a sustentabilidade da democracia.

A literatura especializada sustenta que os valores morais das pessoas tomam forma durante sua fase formativa de socialização, sendo que a maioria a finaliza por volta dos 25 anos (Inglehart e Welzel, 2009 [2005]). Os valores morais que as pessoas internalizaram até então são considerados estáveis pelo resto da vida. Todavia, essa continuidade não exclui ajustes momentâneos (como, por exemplo, na avaliação das pessoas acerca da relação entre liberdade versus segurança) em resposta a mudanças situacionais (Welzel, 2013). Via de regra, esses ajustes ocorrem, no entanto, em torno de pontos estáveis que perduram ao longo da vida das pessoas. Portanto, os estudiosos presumem que mudanças de valor substantivas em escala de massa só acontecem através da substituição geracional, que é um processo lento e que ocorre em “ritmo glacial” (Tormos, 2020). Por outro lado, rápidas mudanças de valor exigiriam que muitas pessoas alterassem significativamente seus valores dentro de um curto espaço de tempo. As evidências disponíveis sugerem que isso não acontece em circunstâncias usuais.

Até o momento, há poucas evidências conclusivas para validar ou rejeitar a hipótese de que a “estabilidade glacial” dos valores que observamos rotineiramente em tempos normais persiste em tempos altamente incomuns, quando uma crise repentina de proporções maciças atinge uma sociedade inteira. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19, que ainda está em andamento na maior parte do mundo, é

sem dúvida a mais dramática crise social desde a Segunda Guerra Mundial. A pandemia é de escala global, progride em alta velocidade e restringe severamente o cotidiano de bilhões de pessoas em todo o mundo.

Nesse cenário, a pandemia em andamento oferece uma oportunidade única para estudar como os valores morais das pessoas se comportam em tempos de crise. Diante da falta de evidências, não podemos dar como certo que a estabilidade dos valores observados em tempos normais continuaria durante a crise do Coronavírus. Essa incerteza abre novos territórios e levanta várias questões iminentes de pesquisa, tais como: a pandemia de Covid-19 afeta os valores pessoais? As pessoas mudam seus valores sob a marca desta crise? Se sim, qual o tamanho dessas mudanças? Em que direção elas se movem? Quão duradouras elas são?

## Hipóteses e metodologia

Informada por várias versões das teorias da insegurança existencial, uma possível hipótese postula que o surgimento repentino de ansiedades existenciais causa mudanças de valor em uma direção protetora entre aqueles que as sentem de maneira mais aguda. Essa mudança protetora de valores levaria as pessoas a dar maior ênfase à segurança, à ordem, à autoridade, à uniformidade e ao conformismo. Como resultado, a confiança em pessoas desconhecidas, a tolerância à pluralidade e sua solidariedade transcendente podem sofrer de maneiras que levem as pessoas a ceder aos apelos de líderes autoritários. Em outras palavras, as consequências de tais mudanças de mentalidade para o apoio público à democracia poderiam ser terríveis.

Como hipótese alternativa, temos também que a percepção da pandemia não necessariamente se equipara à percepção de ameaças existenciais caracterizadas por hostilidades de grupo, como no caso de guerras ou terrorismo, quando um grupo ameaça a existência do outro. Ao contrário dessas ameaças específicas, as pandemias são inerentemente universais porque ameaçam a todos, independentemente de classe social, etnia e religião, embora indivíduos em estado de maior vulnerabilidade social tendam a sofrer mais (Silva e Mont'Alverne, 2020). Portanto, é uma especulação plausível que a própria universalidade inerente à ameaça da pandemia de Covid-19 fortaleça um senso generalizado de humanidade nas pessoas. Nesse caso, a confiança de fora do grupo, a tolerância à pluralidade e a solidariedade transcendente podem aumentar e, portanto, diminuir o apelo de governos autoritários. Sendo assim, o apoio público à democracia, pelo contrário, se beneficiaria deste momento.

Como terceira hipótese, ambos os efeitos podem existir, mas afetariam diferentes grupos de pessoas que são separados por variáveis moderadoras, principalmente os traços de personalidade. Por exemplo, as pessoas com uma pontuação alta em neuroticismo na estrutura de personalidade do BIG-5 podem experimentar uma mudança de valor particularmente poderosa em uma direção protetora e diminuir sua confiança fora do grupo, tolerância à pluralidade e solidariedade transcendente. Por outro lado, as pessoas que obtêm pontuação alta em abertura na estrutura de

personalidade do BIG-5 podem experimentar uma mudança de valor na direção oposta à crise do Coronavírus e aumentar sua confiança fora do grupo, tolerância à pluralidade e solidariedade transcendente. Se as mentalidades de diferentes grupos da sociedade se moverem de fato em direções opostas, enfrentaremos uma maior polarização cultural, o que aumentaria o potencial de conflitos ideológicos perturbadores. As perspectivas para a sustentabilidade da democracia seriam novamente sombrias nesse cenário.

Para investigar essas e outras possibilidades, implementamos um estudo de painel longitudinal a fim de examinar as mesmas pessoas nas diferentes etapas da pandemia do Coronavírus. O objetivo é investigar como a percepção desses entrevistados sobre a crise se transforma ao longo do tempo e como essas mudanças de perspectiva afetam seus valores morais e orientações sociopolíticas. Os entrevistados foram retirados de uma amostra não-probabilística estratificada por cotas que representa as principais características sociodemográficas da população brasileira. Sob as restrições de contato atuais, o uso de painéis online foi a melhor opção para conduzir o estudo.

O planejamento da pesquisa compreendeu a aplicação de três ondas do painel programadas da seguinte forma: Onda 1 “No meio da crise” (aplicada em maio/junho de 2020, no primeiro pico da pandemia no país, quando medidas como quarentena e toque de recolher estavam começando a ser aplicadas com maior rigor), Onda 2 “Fim à vista” (aplicada em janeiro/fevereiro de 2021, quando a vacinação começa no país e em um momento em que a vida pública começa a voltar à normalidade, apesar de os casos de infecção e óbito ainda serem crescentes), Onda 3 “Em recuperação” (aplicada em setembro de 2021, quando os casos de infecção e óbito estão diminuindo significativamente e a vacinação já alcança mais de 70% da população brasileira).

## Apresentação dos Resultados

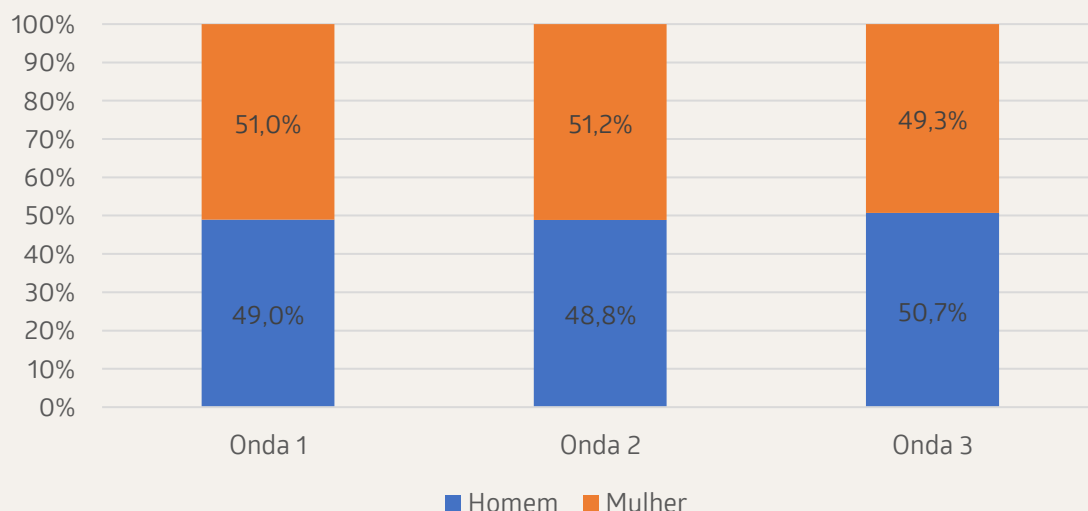
Começamos a apresentação dos resultados pela comparação dos dados sociodemográficos dos respondentes entre as ondas de pesquisa. Como comentado no início deste relatório, a primeira onda contou com 3.543 respondentes, os quais, a partir de uma amostragem por cotas, representavam os principais traços sociodemográficos da população brasileira. Na segunda onda foram obtidas respostas de 1.929 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de retenção de 55% do painel. Já na terceira onda, mantiveram-se 1.301 respondentes, correspondendo a uma taxa de retenção de 67% em relação à segunda onda e de 37% em relação à primeira. A partir dos resultados apresentados abaixo, podemos verificar em que medida houve uma distorção das características populacionais quando comparamos o total de respondentes entre as ondas.

A começar pela variável de sexo, o Gráfico 1 mostra que as proporções de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino são bastante parecidas nas duas primeiras ondas, nas quais a presença de mulheres é ligeiramente superior à de homens. No entanto, tal relação se inverte na terceira onda, na qual os homens aparecem em



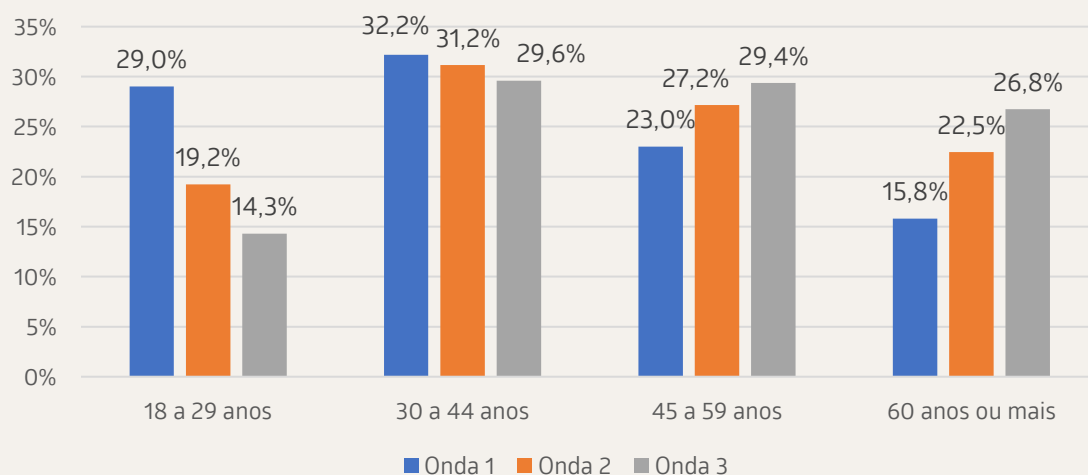
proporção ligeiramente superior que as mulheres, o que deixa de corresponder à realidade sociodemográfica nacional, embora não seja uma distorção significativa.

Gráfico 1 - Sexo dos respondentes



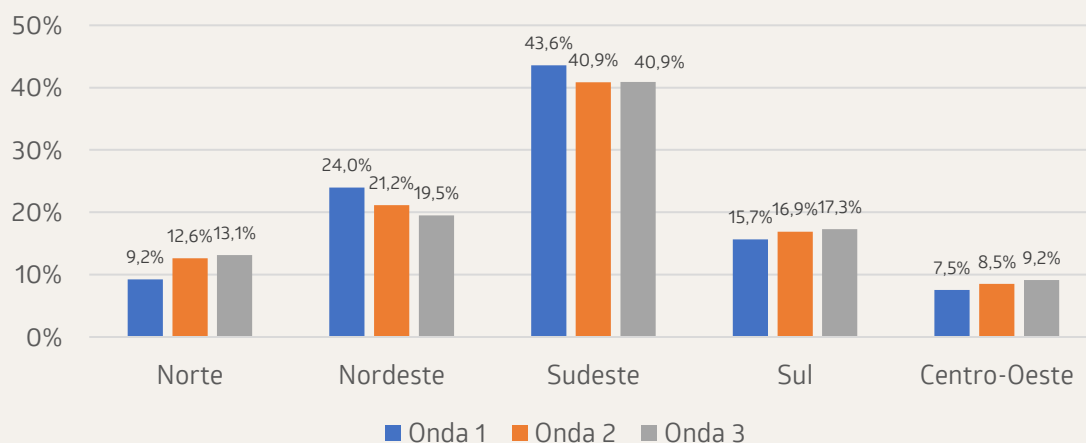
No que se refere à faixa etária dos respondentes, o Gráfico 2 demonstra que, neste caso, houve distorções mais significativas entre as ondas. Primeiramente, podemos observar que a proporção de indivíduos jovens (de 18 a 29 anos) caiu de modo substantivo onda após onda (de 29% para 19,2% e para 14,3%), ao passo que a proporção de indivíduos mais velhos (de 60 anos ou mais) sobe significativamente (de 15,8% para 22,5% e para 26,8%). Deste modo, podemos concluir que, em termos etários, a retenção de respondentes em nosso painel ficou bastante desbalanceada e não corresponde mais aos traços da população brasileira. Contudo, este não se trata de um problema em si, já que tal tipo de distorção é em certa medida esperado nos estudos de painel. Além do que, pela própria natureza longitudinal da pesquisa, o maior interesse se encontra sobre a análise dos indivíduos ao longo do tempo, e não sobre a manutenção estática das suas características sociodemográficas

Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes



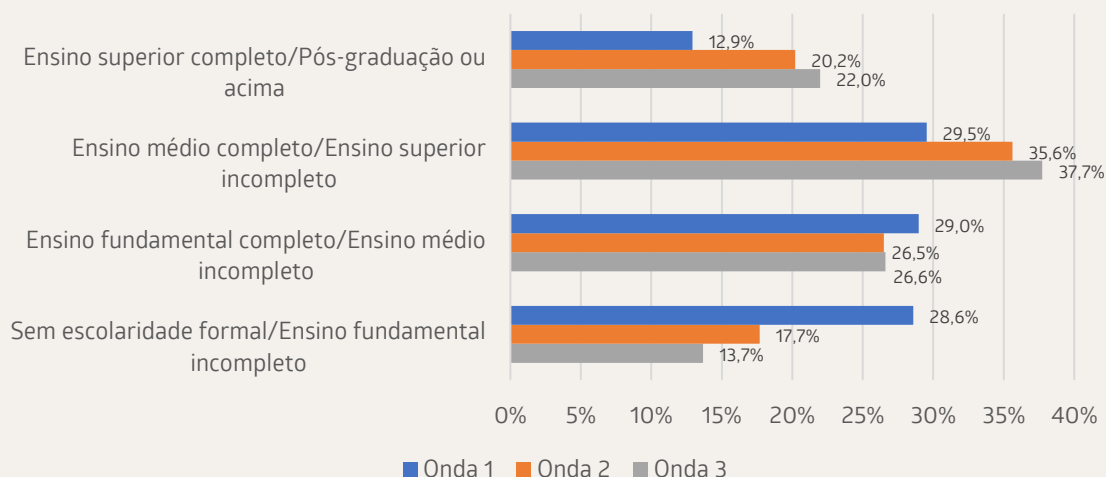
Em termos regionais, o Gráfico 3 mostra que a distribuição dos respondentes nas cinco macrorregiões do país foi, em alguma medida, preservada entre as ondas. Há uma certa queda das proporções de respondentes nas regiões Nordeste e Sudeste, bem como um correspondente crescimento nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, mas trata-se de variações de poucos pontos percentuais.

Gráfico 3 - Região dos respondentes



Considerando a escolaridade dos respondentes, podemos observar pelo Gráfico 4 que também houve um considerável desbalanceamento entre as ondas. Há um crescimento substantivo da proporção de indivíduos de alta escolaridade (de 12,9% para 20,2% e para 22% dos indivíduos com ensino superior completo ou acima) e uma correspondente queda da proporção de indivíduos menos escolarizados (de 28,6% para 17,7% e para 13,7% dos indivíduos sem escolaridade formal ou ensino fundamental incompleto). Tal como no caso da variável etária, temos de ter, então, essa característica como ponto de observação, embora ela não tenha em si nenhum impacto negativo nas nossas análises.

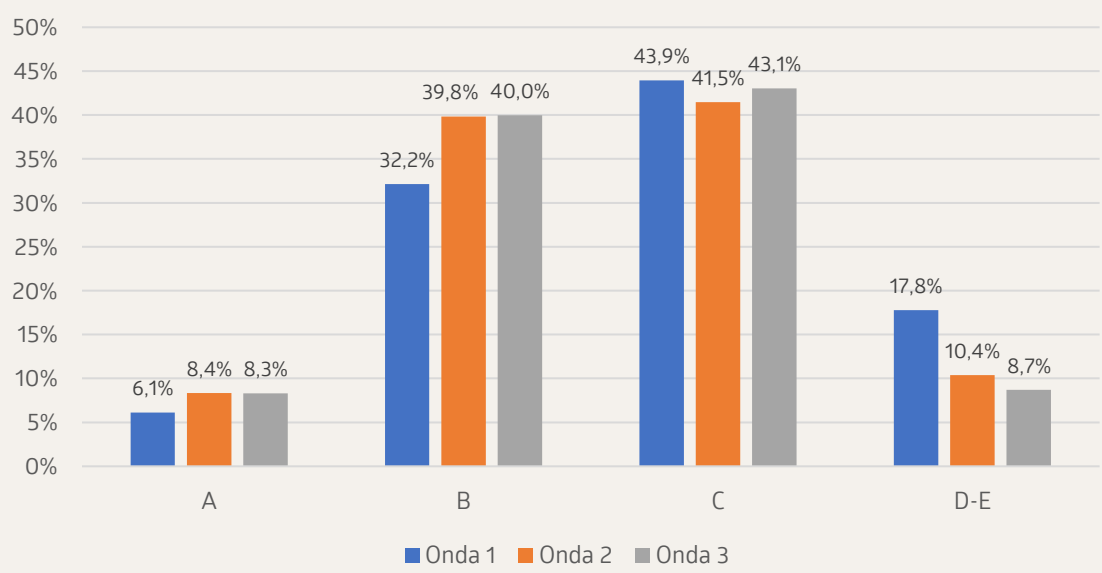
Gráfico 4 - Escolaridade dos respondentes





Finalmente, no tocante à variável de classe social, o Gráfico 5 reproduz uma distorção parecida, embora menos aguda, como já era de se esperar, uma vez que as variáveis escolaridade e classe social tendem a caminhar juntas. Podemos observar neste gráfico um crescimento na proporção de indivíduos das classes A e B entre as ondas da pesquisa, bem como a correspondente queda na proporção de indivíduos das classes C e D-E. Devemos, então, ter como ponto de observação que os indivíduos que permaneceram no nosso painel são desproporcionalmente mais velhos, mais escolarizados e de classes sociais mais altas em comparação com o agregado dos indivíduos da Onda 1 e com a população brasileira como um todo.

Gráfico 5 - Classe social dos respondentes



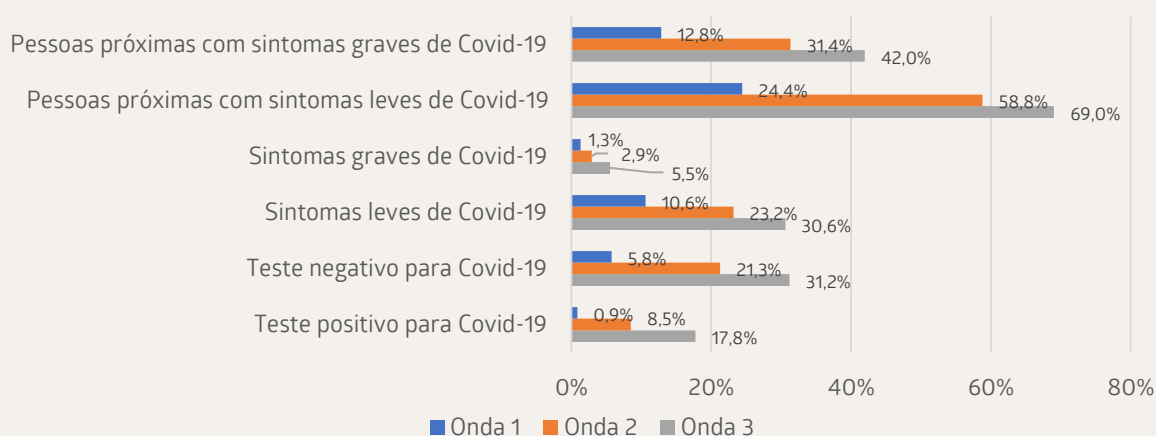
Passaremos agora para a comparação dos resultados da pesquisa em si, que aborda experiências com a pandemia e possíveis impactos em valores, atitudes e comportamentos sociopolíticos dos indivíduos. Contudo, antes de fazer tais comparações, é preciso ressaltar que, a partir de agora, compararemos apenas os indivíduos que responderam às três ondas; ou seja, os 1.301 indivíduos que responderam as Ondas 1, 2 e 3, de modo a ter uma comparação adequada de um mesmo grupo de pessoas em três momentos distintos. A fim de deixar isso claro, apresentamos na Tabela 1 a distribuição de respondentes por onda de pesquisa. Nesta tabela, podemos ver que, dos 3.543 indivíduos que participaram da primeira onda (Onda 1 – Total), 1.614 indivíduos abandonaram o painel e não participaram da segunda onda (Onda 1 – Perdidos) e 1.929 permaneceram no painel e participaram da segunda onda (Onda 1 – Retidos). Similarmente, dos 1.929 indivíduos que responderam à Onda 2 (Onda 2 – Total), 628 não participaram da terceira onda da pesquisa (Onda 2 – Perdidos) ao passo que 1.301 participaram da Onda 3 (Onda 2 – Retidos). Deste modo, o número de indivíduos nos grupos Onda 1 – Retidos e Onda 2 – Total é igual por se tratar dos mesmos indivíduos em dois momentos distintos da pesquisa, assim como também é igual o número de indivíduos nos grupos Onda 2 – Retidos e Onda 3 – Total.

Daqui em diante, nossas comparações se darão apenas entre os indivíduos que permaneceram no painel até o final (Onda 3 - Total), haja vista que nosso interesse não é mais caracterização sociodemográfica para verificar possíveis distorções das características populacionais, mas, sim, verificar em que medida as experiências, valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos variaram ao longo da pandemia, o que só é possível fazer observando um mesmo grupo de indivíduos ao longo do tempo.

Tabela 1 - Distribuição de respondentes por onda de pesquisa		
Onda	Frequência	%
<u>Onda 1 - Total</u>	<u>3.543</u>	<u>100%</u>
Onda 1 - Perdidos	1.614	46%
Onda 1 - Retidos	1.929	54%
<u>Onda 2 - Total</u>	<u>1.929</u>	<u>100%</u>
Onda 2 - Perdidos	628	33%
Onda 2 - Retidos	1.301	67%
<u>Onda 3 - Total</u>	<u>1.301</u>	<u>100%</u>

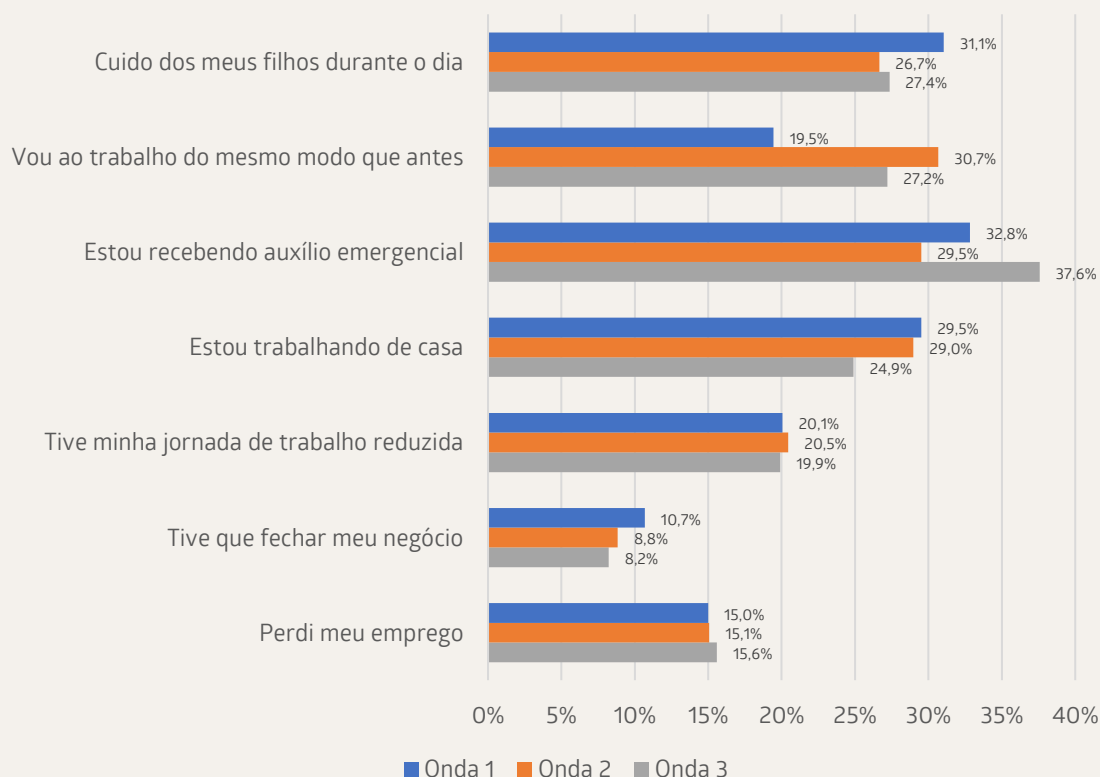
Começando pelas experiências sanitárias dos respondentes durante a pandemia do Coronavírus, o Gráfico 6 demonstra que, de fato, houve um crescimento substantivo da presença da Covid-19 na vida da população ao longo das três ondas de pesquisa. Como podemos ver, a proporção daqueles que testaram positivo para a doença saltou de 0,9% na primeira onda para 8,5% na segunda e 17,8% na terceira, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 passou de 24,4% na primeira onda para 58,8% na segunda e 69% na terceira. Ou seja, a difusão da pandemia, como esperado, não se reflete apenas nos dados epidemiológicos de infectados e óbitos, mas também na experiência cotidiana de grande parte da população brasileira.

Gráfico 6 - Experiências sanitárias na pandemia (n = 1.301)



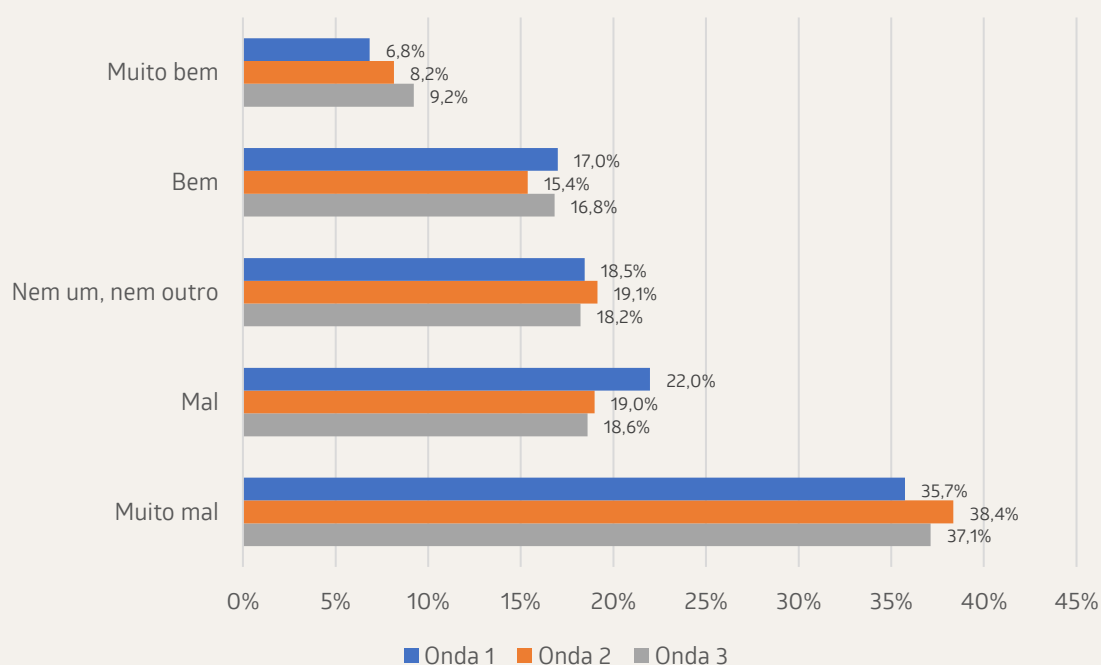
O Gráfico 7 apresenta as experiências econômicas dos indivíduos durante a pandemia. Uma das características das pandemias é afetar não apenas a saúde das pessoas, mas também o mercado e as relações materiais na medida em que gera uma turbulência sobre a vida econômica ao dificultar ou paralisar várias atividades produtivas. Assim, é de se esperar que haja impactos econômicos substantivos decorrentes da pandemia atual, o que já tem sido observado pelos indicadores de recessão ou de baixo crescimento do PIB que vários países ao redor do mundo apresentaram (OECD, 2021). No que se refere às experiências individuais dos brasileiros, o gráfico mostra que, aparentemente, houve uma certa estabilização econômica entre as ondas: o percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia saltou de 19,5% para 30,7% na segunda onda, embora tenha recuado para 27,2% na terceira; a proporção de pessoas que está cuidando dos seus filhos durante o dia caiu de 31,1% para 26,7% na segunda onda, embora tenha subido para 27,4% na terceira; a proporção de indivíduos trabalhando de casa caiu sistematicamente entre as ondas (de 29,5% para 29% e para 24,9%); e, finalmente, também chama a atenção o fato de que a proporção de indivíduos que precisou receber algum auxílio emergencial caiu entre a primeira e a segunda onda (de 32,8% para 29,5%), mas subiu ao patamar mais alto até agora na terceira onda (37,6%). Em consonância com os indicadores macroeconômicos do país (FGV, 2021), estes dados indicam uma certa volta à normalidade econômica acompanhada de dificuldades causadas pela pandemia e pela confusão política que se instalou no país desde o seu início.

Gráfico 7 - Experiências econômicas na pandemia (n = 1.301)



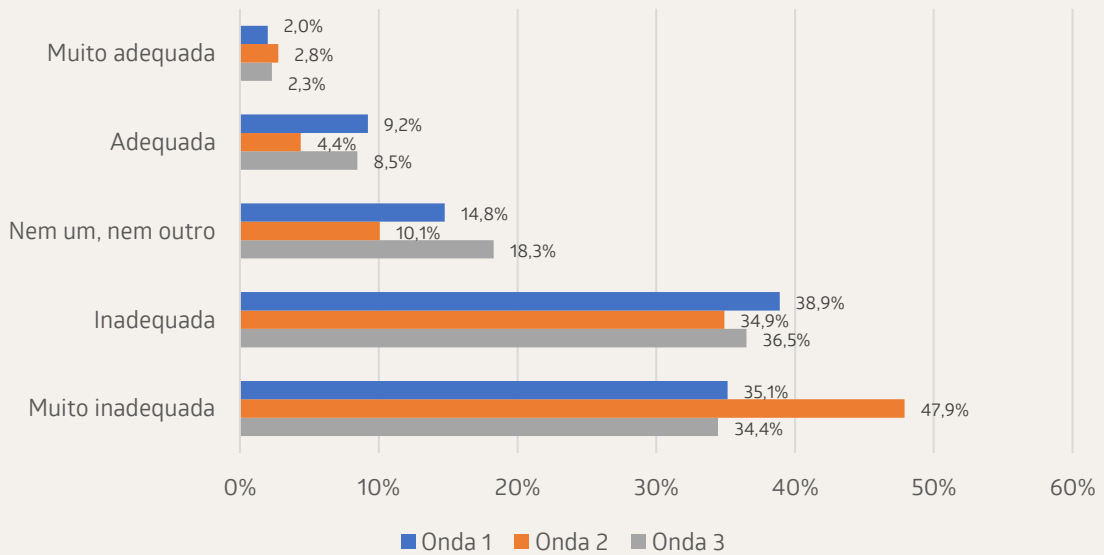
Passando agora para os dados quanto à avaliação dos indivíduos sobre o desempenho do governo brasileiro no enfrentamento da crise do Coronavírus, o Gráfico 8 aponta que houve um leve crescimento da avaliação positiva na terceira onda. O percentual de indivíduos que avalia o governo muito bem ou bem passou de 23,8% na primeira onda para 23,5% na segunda até alcançar 26,1% na terceira. Do outro lado, a avaliação negativa aparece mais estabilizada e com tendências de queda (de 57,7% para 57,4% e, finalmente, 55,7%). Ainda que seja evidente que a proporção da população que avalia o governo negativamente é significativamente maior, não deixa de ser interessante que tenha havido um crescimento da avaliação positiva. Tal resultado pode ser indicativo de uma retomada da credibilidade do governo na medida em que os efeitos sanitários da pandemia vão se atenuando.

Gráfico 8 - Avaliação do desempenho do Governo na pandemia (n = 1.301)



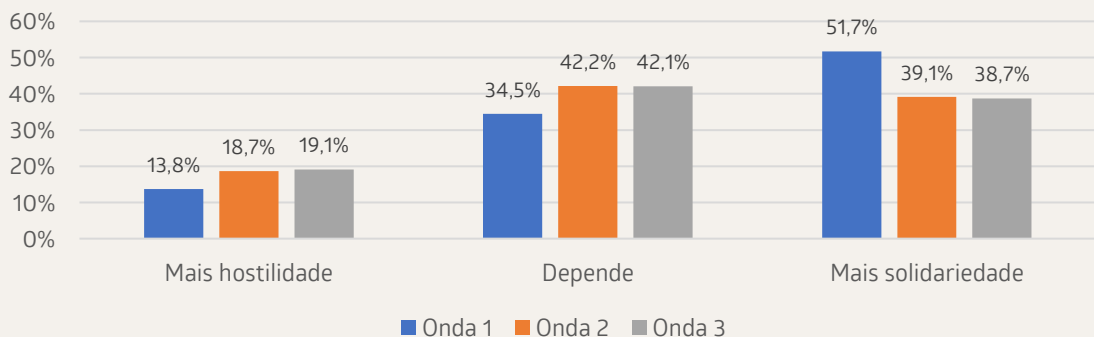
O Gráfico 9, por sua vez, apresenta os resultados avaliativos sobre o comportamento da população no contexto da pandemia. A proporção de respondentes que acredita que a maioria das pessoas está se comportando de maneira muito inadequada havia crescido substancialmente entre as Ondas 1 e 2 (de 35,1% para 47,9%), mas agora caiu de maneira igualmente aguda na Onda 3 para 34,4%. Todavia, ainda assim, se somarmos aqueles que na Onda 3 avaliam que a maioria se comporta de maneira inadequada ou muito inadequada, temos que mais de 70% das pessoas avaliam negativamente o comportamento da população durante a pandemia. Estes dados parecem espelhar uma certa volta à normalidade da vida social, na qual eventos públicos começam a voltar a ocorrer e a rigidez das normas de distanciamento começam a ficar mais flexíveis, o que torna a avaliação menos rigorosa. Todavia, é patente que grande parte da população está descontente com o comportamento dos seus concidadãos nesta pandemia que ainda não terminou.

Gráfico 9 - Avaliação do comportamento da população na pandemia (n = 1.301)



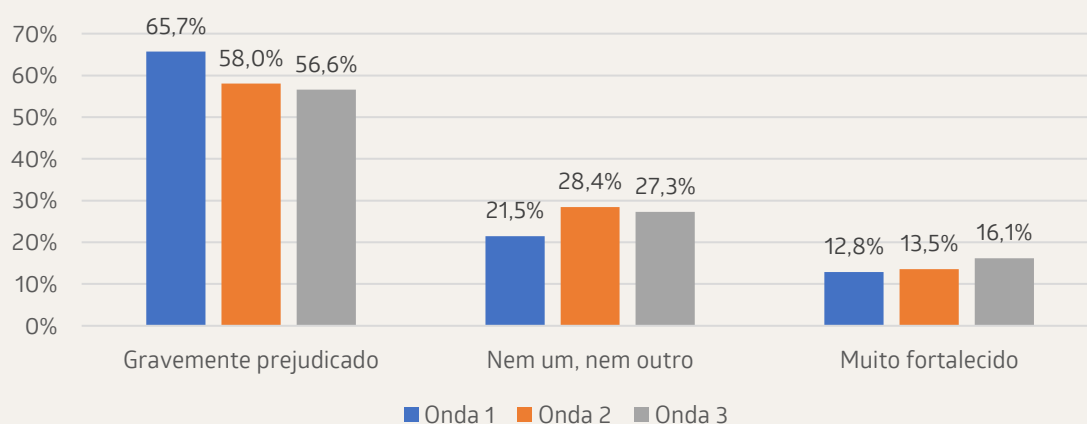
Outro modo de olhar para a situação da vida social em meio à pandemia é através da percepção sobre a prevalência da hostilidade ou da solidariedade. Em épocas de crise, é comum que esses dois comportamentos sociais emergjam com mais força numa determinada população, pois as dificuldades servem como combustível tanto para catalisar forças de coesão (solidariedade) quanto para nutrir sentimentos de divisão (hostilidade). O Gráfico 10 mostra que, embora em um primeiro momento estivesse prevalecendo a percepção de maior solidariedade entre as pessoas, houve uma queda considerável do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade entre a primeira e a segunda onda (de 51,7% para 39,1%) e uma estabilização em 38,7% na terceira. Ademais, houve também um consequente aumento daqueles que observam mais hostilidade e daqueles que não enxergam a prevalência de nenhuma delas. Ainda assim, a proporção daqueles que percebem mais solidariedade continua sendo maior do que aqueles que percebem mais hostilidade, embora o maior grupo agora seja o daqueles que diz que depende, isto é, que nenhuma prevalece sobre a outra (42,1% na terceira onda).

Gráfico 10 - Percepção de hostilidade vs. solidariedade na pandemia (n = 1.301)



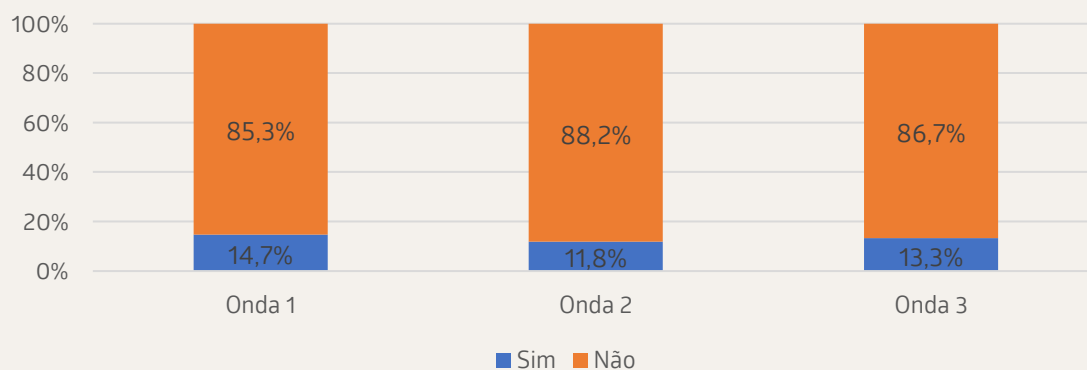
No que tange à avaliação sobre como o país sairá após o término da pandemia, o Gráfico 11 mostra uma diminuição constante da proporção daqueles que acreditam que o país sairá gravemente prejudicado ao longo das ondas (de 65,7% para 58% e para 56,6%) concomitante a um aumento daqueles que acreditam que sairá muito fortalecido (de 12,8% para 13,5% e para 16,1%). Embora a perspectiva agora seja mais positiva do que no começo da pandemia, a avaliação de que o país sairá gravemente prejudicado permanece, contudo, dominante em relação às demais categorias, representando mais da metade da amostra.

Gráfico 11 - Avaliação sobre como o país sairá após a pandemia (n = 1.301)

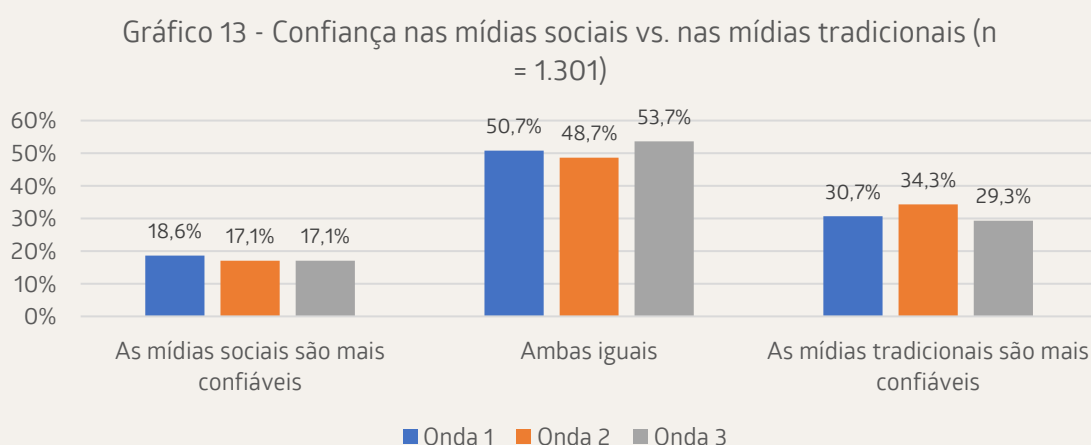


Passando agora para o tema sobre consumo de notícias e mídia, o Gráfico 12 mostra a proporção daqueles que acreditam e daqueles que não acreditam em histórias presentes nas mídias sociais dizendo que a pandemia do Coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e histéricas. Podemos observar por este gráfico que houve uma leve queda na proporção dos que acreditam em tais boatos na Onda 2 (de 14,7% para 11,8%), mas que foi logo seguida por um leve crescimento na Onda 3 (de 11,8% para 13,3%).

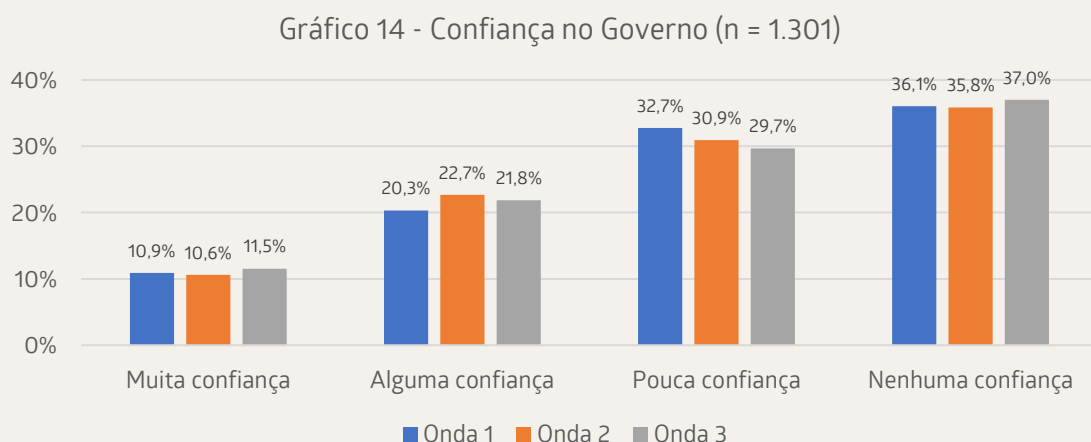
Gráfico 12 - Crença em boatos sobre a pandemia nas mídias sociais (n = 1.301)



O Gráfico 13, por sua vez, apresenta os resultados sobre a confiança nas mídias tradicionais versus a confiança nas mídias sociais. Embora, entre as Ondas 1 e 2, tenha havido um leve crescimento na proporção daqueles que acreditam que as mídias tradicionais são mais dignas de confiança, e uma conseqüente queda daqueles que acreditam serem as mídias sociais mais confiáveis, na Onda 3 cai a maior confiança nas mídias tradicionais e se estabiliza a confiança maior nas mídias sociais ao passo que sobe a visão de que ambas são igualmente confiáveis (de 48,7% para 53,7%). É notável que, por um lado, quase 20% dos entrevistados acreditam que as mídias sociais são mais confiáveis do que as tradicionais, e, por outro, mais de 50% julgam serem ambas iguais, o que atesta a crise de credibilidade que as mídias tradicionais têm enfrentado em meio à difusão da desinformação via mídias sociais.



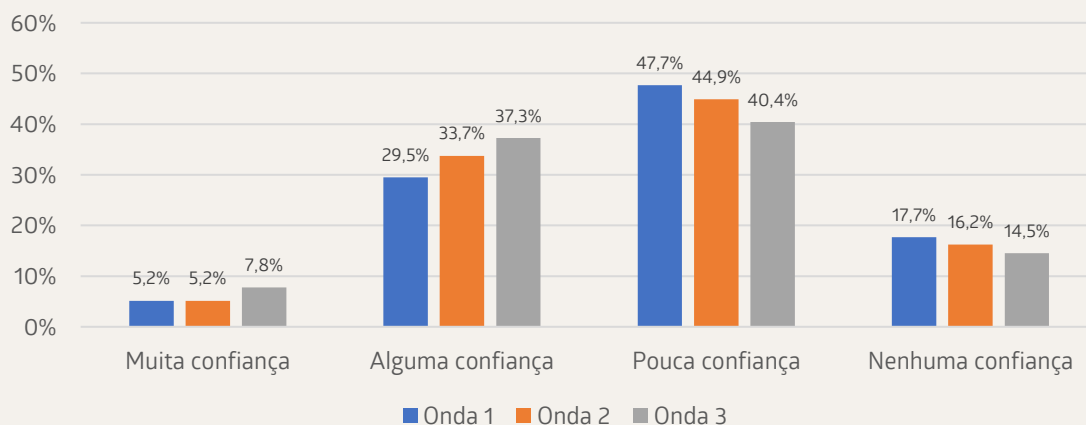
Ainda na temática da confiança, o Gráfico 14 mostra os dados sobre a confiança no governo brasileiro. Como podemos ver, há uma considerável estabilidade dos resultados entre as ondas, com uma diminuição da proporção daqueles que confiam pouco no governo e um correspondente aumento nas demais categorias. Todavia, cabe observar, as categorias de alta desconfiança permanecem sendo dominantes, de modo que a soma daqueles que confiam pouco e aqueles que nada confiam no governo ainda chega a quase 70% da amostra na Onda 3.





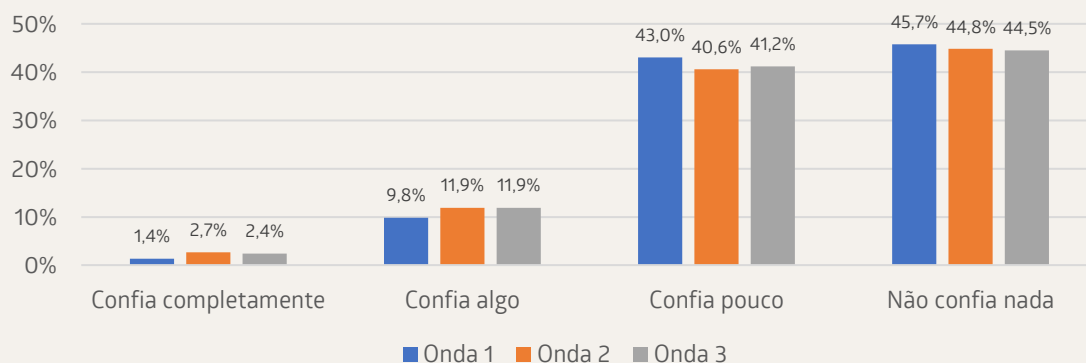
Ao voltarmos o olhar para a confiança nas instituições do nosso país como um todo, observamos no Gráfico 15 que houve um relevante aumento de cerca de 5% nas categorias de maior confiança (muita e alguma confiança) e uma respectiva diminuição nas categorias de maior desconfiança (pouca e nenhuma confiança) ao longo das três ondas. Apesar de a desconfiança ainda ser maior do que a confiança (pouca ou nenhuma confiança ainda ultrapassa 50% da amostra), trata-se de um aumento constante de confiança institucional que pode estar relacionado a uma certa eficácia das instituições na defesa da população contra os infortúnios da pandemia.

Gráfico 15 - Confiança nas Instituições (n = 1.301)



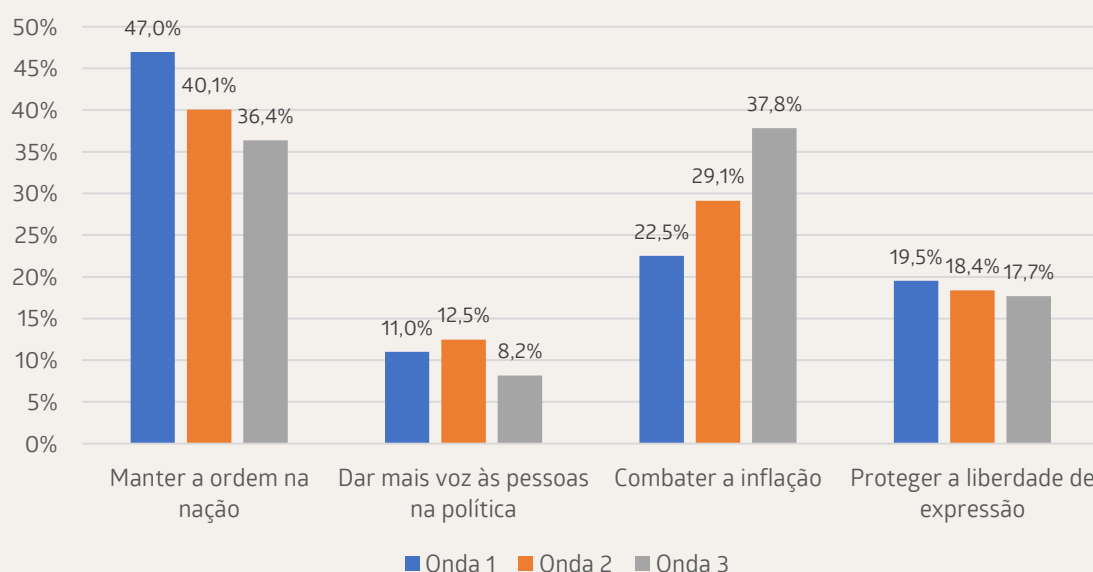
Finalmente, voltamos o olhar agora para a confiança interpessoal, isto é, a confiança entre os cidadãos. O Gráfico 16, em conjunto com os gráficos anteriores, reitera um cenário já amplamente conhecido sobre a confiança institucional e interpessoal no Brasil: a imensa maioria das pessoas não confia nas instituições ou em desconhecidos (Moisés, 2005; Moisés e Carneiro, 2008). Somadas as categorias de maior desconfiança (confia pouco e não confia nada), ainda se chega a quase 90% da amostra que na terceira onda da pesquisa disseram não confiar em pessoas que encontram pela primeira vez. Ao contrário da confiança institucional discutida no gráfico anterior, ocorreu aqui uma estabilização das proporções de confiança entre as ondas, de modo que o cenário pandêmico parece não ter afetado esta variável

Gráfico 16 - Confiança em pessoas que encontra pela primeira vez (n = 1.301)



Passando agora para uma avaliação sobre qual deveria ser a prioridade máxima do país nos próximos dez anos, o Gráfico 17 mostra que a alternativa “Manter a ordem na nação”, a qual era a mais indicada pelos respondentes nas duas primeiras ondas, experimentou uma queda substantiva de seus apoiadores até que na Onda 3 deixou de ser vista como prioritária pela maioria dos respondentes. Por outro lado, a alternativa “Combater a inflação” experimentou um aumento significativo entre as ondas, de modo que é agora a alternativa prioritária para a maioria da amostra (37,8% na Onda 3). Estes dados confirmam a impressão já apontada na onda anterior de que, passado o primeiro momento mais caótico da pandemia, as pessoas estão deslocando as suas preocupações daquelas de natureza disciplinar para as de natureza econômica, o que novamente indica em certo sentido uma retomada da normalidade socioeconômica.

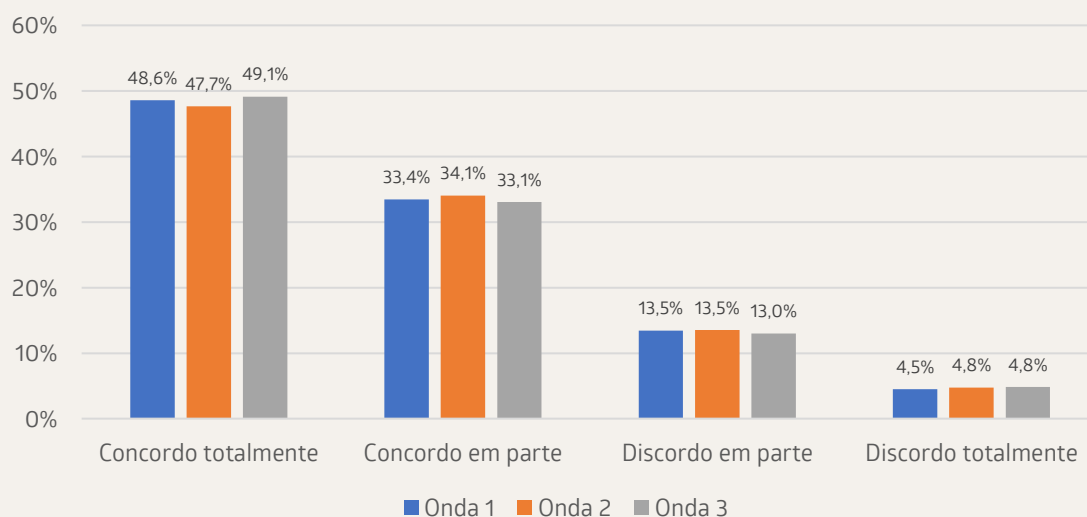
Gráfico 17 - Avaliação sobre qual deveria ser a prioridade máxima do país nos próximos anos (n = 1.301)



O Gráfico 18, por sua vez, aponta a posição dos respondentes em relação à vinda de imigrantes para o Brasil. Este tende a ser um dado muito interessante para se analisar, pois as relações de fronteira e de mobilidade são especialmente afetadas por eventos pandêmicos devido à própria relação entre a mobilidade das pessoas e a transmissão do vírus. Os resultados mostram que, passado um primeiro momento da pandemia no qual posições isolacionistas ganharam força, houve um aumento considerável daqueles que aderem às categorias de maior abertura (cerca de 10% se somadas as alternativas “Deixar que as pessoas venham, contanto que haja empregos disponíveis” e “Deixar que qualquer um que queira venha para o nosso país” entre as Ondas 1 e 3). Estes dados sugerem que no começo da pandemia pode ter havido uma certa retração de parte da população em direção a posições migratórias mais rigorosas e fechadas, ao passo que, na medida em que as pessoas foram se acostumando com a pandemia e a vida cotidiana foi sendo retomada, posições migratórias mais flexíveis e abertas foram ganhando adesão.

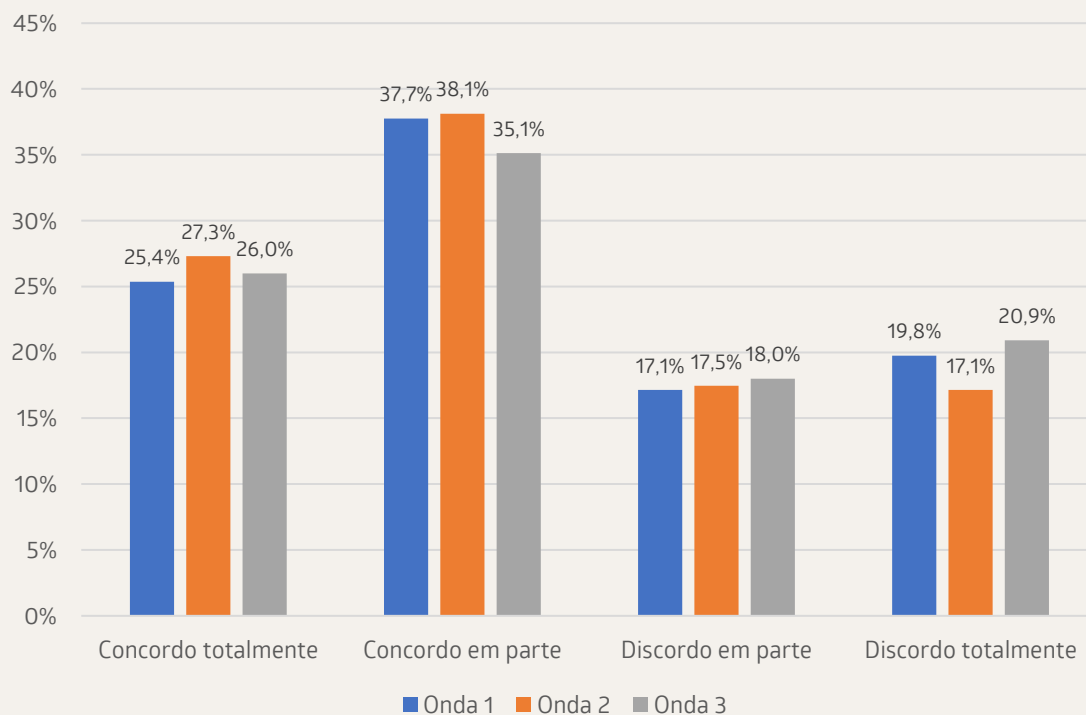
Passando agora para o tema de maior interesse para o nosso projeto, os gráficos seguintes apresentam como tem variado a adesão dos indivíduos à democracia neste período tão conturbado da nossa história. O Gráfico 19 mostra os resultados da chamada adesão formal à democracia, na qual os indivíduos são solicitados a indicar seu grau de concordância com a ideia de que a democracia é a melhor forma de governo. Como podemos observar, quase a metade dos entrevistados poderia ser classificada como democratas formais, na medida em que concordam totalmente com esta ideia. Houve uma leve queda na sua proporção entre as Ondas 1 e 2 (de 48,6% para 47,7%), mas também ocorreu uma retomada entre as Ondas 2 e 3 (de 47,7% para 49,1%). No geral, estes dados sugerem uma certa estabilidade deste indicador ao longo da pandemia.

Gráfico 19 - Concordância com “Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” (n = 1.301)



O Gráfico 20, por sua vez, apresenta as respostas a uma questão que se propõe a mensurar a adesão à democracia de uma maneira mais indireta. Neste caso, é solicitado que o respondente indique seu grau de concordância com uma ideia que traz no seu bojo a possibilidade de relativização de instituições e princípios basilares da democracia em situações de crise, tal como a que vivemos atualmente. Os resultados das três ondas mostram que também a rejeição total à relativização da democracia experimentou uma retomada na terceira onda da pesquisa (de 17,1% para 20,9%), embora tenha recuado na anterior. Do outro lado, os que aceitam relativizar a democracia em alguma medida ainda alcançam quase 80% da amostra, sendo que 1 em cada 4 respondentes concorda totalmente com a ideia de que é válido que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições para sanar uma crise. Todavia, como vimos, o arrefecimento da pandemia parece estar correlacionado com uma recuperação geral da adesão à democracia, haja vista que as duas categorias de maior relativização (concorda em parte ou concorda totalmente) experimentaram queda entre as Ondas 2 e 3 (de 65,4% para 61,1% no agregado).

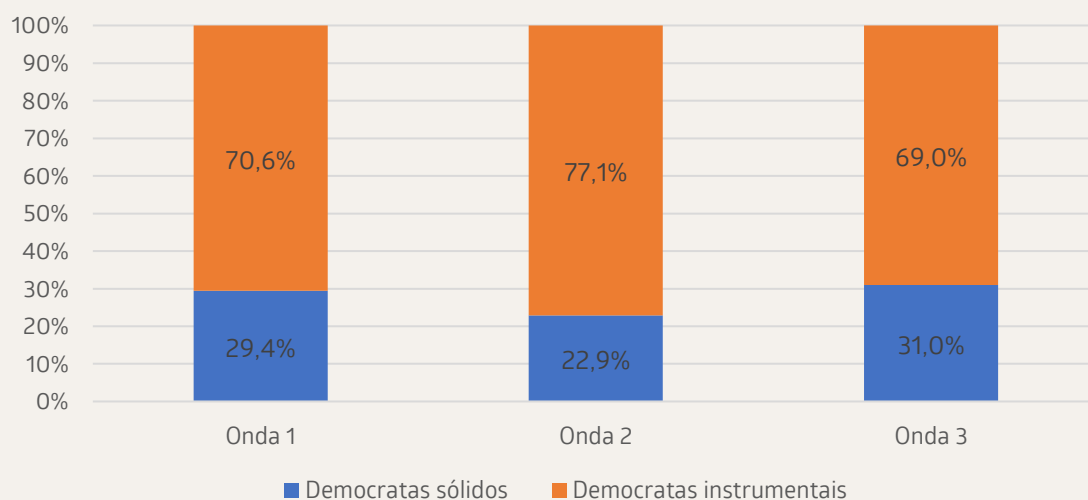
Gráfico 20 - Concordância com: “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população” (n = 1.301)



Por fim, o Gráfico 21 se propõe a mostrar a proporção de “democratas sólidos” versus a de “democratas instrumentais”. Para tanto, executamos a seguinte análise estatística: isolamos o grupo de indivíduos que diz concordar totalmente com a proposição apresentada no Gráfico 19, isto é, os chamados “democratas formais”, e verificamos qual a proporção entre eles que discorda totalmente da proposição apresentada no Gráfico 20, isto é, os chamados “democratas sólidos” e qual a proporção que concorda em alguma medida (discorda em parte, concorda em parte ou concorda totalmente) com tal proposição, isto é, os chamados “democratas instrumentais”.

Com este dado, conseguimos identificar o tipo ideal de democrata, que é aquele que tanto adere formalmente ao regime democrático quanto rejeita totalmente sua relativização, e o chamamos de “democrata sólido”, bem como identificamos aqueles que no nível mais formal dizem preferir o regime democrático em relação aos demais, mas aceitariam em alguma medida relativizá-lo em situações difíceis, e os denominamos de “democratas instrumentais”. Como podemos ver no gráfico, houve uma queda na proporção de democratas formais entre as Ondas 1 e 2 (de 29,4% para 22,9%), mas ocorreu também uma retomada entre as Ondas 2 e 3 (de 22,9% para 31%), com a respectiva queda dos democratas instrumentais, o que corrobora a ideia de recuperação democrática com o controle da pandemia.

Gráfico 21 - Proporção de democratas sólidos vs. democratas instrumentais



## Considerações finais

Este relatório teve como objetivo apresentar os principais resultados obtidos pela terceira onda da pesquisa Valores em Crise. Foram coletadas respostas de 1.301 indivíduos na Onda 3 aplicada em setembro de 2021, os quais também responderam à primeira e à segunda onda da pesquisa em maio/junho de 2020 e janeiro/fevereiro de 2021.

Os resultados apresentados na seção anterior fornecem um importante panorama sobre como os valores e a cultura política dos indivíduos foram afetados pela pandemia. Em síntese, os principais resultados mostram que a proporção de respondentes que testaram positivo para a doença saltou para 17,8% na terceira onda, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 alcançou 69%, demonstrando o avanço da crise sanitária no país. Por outro lado, no que se refere às experiências econômicas dos brasileiros, houve uma certa recuperação: o percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia já é de 27,2%, ao passo que a proporção de pessoas que está cuidando dos seus filhos durante o dia caiu para 27,4% e a dos que trabalham de casa recuou para 24,9%. Ou seja, apesar de a crise sanitária ainda não ter sido superada, a vida econômica parece estar voltando a um patamar de maior normalidade, muito embora o fato de que o percentual de indivíduos que precisam recorrer a algum tipo de auxílio emergencial tenha aumentado para 37,6%, o que demonstra os desafios econômicos que nos aguardam no pós-pandemia.

Quanto à avaliação dos indivíduos sobre quão bem ou mal o governo brasileiro está enfrentando a crise do Coronavírus, houve um leve crescimento na avaliação positiva

(de 23,5% para 26,1% na Onda 3), que pode estar relacionada com o arrefecimento da pandemia via avanço da vacinação. A proporção de indivíduos que avalia o governo negativamente, contudo, ainda é predominante (acima de 50%). Passando para a avaliação dos cidadãos, a proporção de respondentes que acredita que a maioria da população brasileira está se comportando de maneira muito inadequada durante a pandemia caiu substancialmente entre as Ondas 2 e 3: de 47,9% na segunda para 34,4% na terceira. Este dado ocorre em paralelo com um momento de certo relaxamento das normas de isolamento social, o que pode ter deixado a avaliação menos rigorosa. Porém, ainda é notável que a grande maioria dos entrevistados faz uma avaliação negativa do comportamento da população na pandemia. Em sintonia com esta informação temos também que, embora em um primeiro momento estivesse prevalecendo a percepção de maior solidariedade entre as pessoas durante a pandemia, houve uma queda considerável do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade entre as ondas da pesquisa: de 51,7% na primeira onda para 39,1% na segunda e 38,7% na terceira.

Como já bem documentado por diversas pesquisas, nosso levantamento revelou que a imensa maioria das pessoas não confia nas instituições ou em desconhecidos. Contudo, houve um leve aumento nas categorias de maior confiança institucional na última onda, mostrando que parece haver uma tendência de crescimento da confiança nas instituições no período de recuperação da crise sanitária. A confiança nas mídias tradicionais, por sua vez, experimentou uma leve queda na terceira onda da pesquisa, sendo que a visão de que mídias tradicionais e mídias sociais são igualmente confiáveis angariou maior adesão (mais de 50% da amostra na Onda 3). Este dado aponta os desafios para os meios de comunicação mais tradicionais, como rádio e TV, que no passado exerciam um importante papel de guardiões das democracias.

Sobre as prioridades do país nos próximos dez anos, observamos uma mudança na primeira opção: embora a alternativa “Manter a ordem na nação” era tida como prioritária pela maioria dos respondentes nas duas ondas anteriores, ela experimentou uma queda substantiva entre as ondas e agora é a segunda colocada; por outro lado, a alternativa “Combater a inflação” experimentou um aumento significativo entre as ondas (de 22,5% para 29,1% e para 37,8%) e se tornou a prioridade máxima na visão da maioria dos entrevistados. Estes dados confirmam a tendência já observada na onda anterior segundo a qual, passado o primeiro momento mais caótico da pandemia, as pessoas estão deslocando as suas preocupações daquelas de natureza disciplinar para as de natureza econômica.

Por fim, em termos de cultura democrática, observamos a ocorrência de uma retomada no percentual de indivíduos que rejeitam a relativização da democracia em relação à segunda onda. Paralelamente, os que aceitam relativizá-la em alguma medida diminuíram. No mesmo sentido, houve um aumento na proporção de democratas sólidos de uma onda para outra (de 22,9% para 31%) com a respectiva queda dos democratas instrumentais. Isto significa que, quando o país começa a se recuperar da Crise do Coronavírus, os indivíduos voltam se tornar mais aderentes ao regime democrático. Embora esta seja uma boa notícia, os dados do nosso painel evidenciaram a superficialidade das raízes democráticas no coração dos brasileiros,

que

que diante de situações difíceis flertam muito facilmente com alternativas não-democráticas.

Em conclusão, o cenário que a pandemia desenhou para a sociedade e a democracia brasileira não foi dos mais animadores, mas o pior parece estar passando. Vimos que, embora em um primeiro momento a crise sanitária tenha fomentado algumas forças de capital social, o contexto político altamente conturbado limitou qualquer oportunidade de se valer desta situação para avançar nossa democracia. A politização da pandemia e o conseqüente recrudescimento da polarização têm sido fatores geradores de alta instabilidade para o regime democrático brasileiro. Sem falar nos efeitos deletérios das tensões políticas sobre as próprias políticas sanitárias de contenção da pandemia, levando a um reconhecido fracasso do governo e da política pública brasileira no enfrentamento desta crise (Jasanoff et al., 2021). Felizmente, com o avanço da vacinação no nosso país começamos a enxergar uma luz no fim do túnel, o que inclusive renova o fôlego da nossa democracia, como pôde ser visto pelos indicadores de adesão aqui apresentados. Resta agora garantir que tenhamos extraído as lições necessárias para fortalecer nossa cultura democrática e evitar que entremos novamente em situações tão delicadas quanto as que vivemos nos últimos meses.



## Referências

FGV. **Boletim Macro - Setembro 2021**. São Paulo, Brasil: [s.n.].

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo, Brasil: Editora Francis, 2009.

INSTITUTO SIVIS. **Índice de Democracia Local - São Paulo**. Curitiba, Brasil: [s.n.].

JASANOFF, S. et al. **Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics**. Boston, USA: [s.n.].

MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 4, n. 65, p. 71–94, 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1–42, 2008.

OECD. **OECD Economic Outlook - Keeping the Recovery on Track**. Paris, France: [s.n.].

SILVA, D. R. DE M.; MONT'ALVERNE, C. Identifying impacts of Covid-19 pandemic on vulnerable populations: a mixed-methods approach. **Survey Research Methods**, v. 14, n. 2, p. 141–145, 2020.

TORMOS, R. **The Rhythm of Modernization: how values change over time**. Boston, USA: Brill, 2020.

WELZEL, C. **Freedom Rising: human empowerment and the quest for emancipation**. New York, USA: Cambridge University Press, 2013.